



Eugenia no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas: as deficiências em foco

Simone Moreira de Moura^{1*} e José Leon Crochík²

¹Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brazil. ²Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brazil. *Autor para correspondência. E-mail: simonemoura@uel.br

RESUMO. Neste texto faz-se uma reflexão sobre o discurso eugênico no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas, orientando-se para tanto, pelas considerações de Theodor W. Adorno sobre o conceito de progresso numa sociedade marcada por um clima propício à barbárie, à frieza e à dessensibilização no tocante ao uso das intervenções genéticas sobre o corpo dos sujeitos considerados imperfeitos/deficientes.

Palavras-chave: Eugenia, tecnologias genéticas, deficiências, teoria crítica.

Eugenics within the context of current developments in genetic technology: deficiencies in focus

ABSTRACT. The eugenic discourse is discussed within the context of current genetic technologies by guidelines proposed by Theodor W. Adorno on the concept of progress and development in a society prone to barbarisms, heartlessness and desensitization with regard to the use of genetic interventions on bodies with imperfections or shortcomings.

Keywords: Eugenics, genetic technologies, deficiencies, critical theory.

Eugenesia en el contexto del actual desarrollo de las tecnologías genéticas: las discapacidades en foco

RESUMEN. En este texto es hecha una reflexión sobre el discurso eugenésico en el contexto del actual desarrollo de las tecnologías genéticas, orientándose para ello, por las consideraciones de Theodor W. Adorno sobre el concepto de progreso en una sociedad marcada por un clima propicio a la barbarie, frialdad e insensibilización en lo que se refiere al uso de las intervenciones genéticas sobre el cuerpo de los sujetos considerados imperfectos/discapitados.

Palabras clave: Eugenesia, tecnologías genéticas, discapacidades, teoría crítica.

Introdução

Progresso e barbárie estão hoje, como cultura de massa tão enredados que só uma ascese bárbara contra essa última e contra o progresso dos meios seria capaz de produzir de novo a não-barbárie (Adorno, 1993).

Se em outros momentos da história a razão esclarecida tinha como objetivo a superação dos mitos e o controle da natureza para a formação de uma sociedade emancipada, na qual fosse possível os homens se libertarem do medo, alcançarem a felicidade e substituírem a imaginação pelo saber, bem como se ‘tornarem senhores de si’, como apontam Horkheimer e Adorno (1985), hoje, falar do desenvolvimento das tecnologias é deparar-se necessariamente com um processo que resulta, nas

palavras de Santos (2003, p. 232): “[...] numa constante fuga para frente ou numa constante antecipação do futuro [...]”, numa racionalização da vida que leva o homem a submeter-se às máquinas que ele mesmo construiu, propiciando campo fértil para um pensamento meramente instrumental a serviço da ordem existente. Este pensar

[...] reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ele possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento [...] (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 33).

Nesse sentido, as condições objetivas que os homens pensaram que poderiam lhes trazer a liberdade se converteram em uma promessa que não

se cumpriu, uma vez que contraditoriamente, o mesmo progresso que aponta para a almejada saída da escuridão e, portanto, para a ruptura de uma compreensão mítica do mundo, é aprisionado pelas relações sociais de produção, regidas pela exploração, poder e violência.

Freud (1978, p. 147), ao discutir o conceito de civilização, apontava que independentemente da

[...] maneira por que possamos definir o conceito de civilização, constitui fato incontroverso que todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento, fazem parte dessa mesma sociedade [...],

não sendo, portanto, o sofrimento externo à sociedade, mas parte constitutiva dessa.

A recorrente busca pela eliminação dos considerados não adaptados à ordem vigente, por se afastarem do protótipo de 'homem ideal', é uma das fontes do sofrimento que, na atualidade, por meio da ciência e das tecnologias genéticas, tem propiciado, de modo cada vez mais refinado, possibilidades de escolha para que os desejos da prole perfeita sejam satisfeitos graças à chamada reprodução assistida.

E aqui reside a constatação de Freud (1978) acerca da contradição cultural que, ao mesmo tempo em que apresenta o desenvolvimento da ciência como possibilidade de superar os sofrimentos humanos, como a fragilidade de nossos próprios corpos, não satisfaz esses desejos.

Essas coisas – que, através de sua ciência e tecnologia, o homem fez surgir na Terra, sobre a qual, no princípio, ele apareceu como um débil organismo animal e onde cada indivíduo de sua espécie deve, mais uma vez, fazer sua entrada (*oh inch of nature!*) como se fosse um recém-nascido desamparado – essas coisas não apenas soam como um conto de fadas, mas também constituem uma realização efetiva de todos – ou quase todos – os desejos de contos de fadas. [...] contudo, não esqueceremos que atualmente o homem não se sente feliz em seu papel de semelhante a Deus (Freud, 1978, p. 152-153).

Assim, em nome do progresso, a tecnologia comporta na atualidade a reprodução de seres humanos desejáveis, ao oferecer nas palavras de Santos um

[...] leque de opções para a satisfação desse desejo [...]: das inseminações artificiais à possibilidade de clonagem humana, passando pelos bebês de proveta, os bancos de esperma, as barrigas de aluguel, a comercialização de ovos e embriões, e as 'promessas da engenharia genética para a geração da criança-perfeita'. (Santos, 2003, p. 239, grifo nosso).

Essas opções têm colocado em xeque as concepções tradicionais de vida, de morte, de procriação, de filiação, de normalidade, gerando dilemas éticos, religiosos e jurídicos fomentados pelo 'engenhieramento' e comercialização da vida. O momento em que o material humano passa a ser considerado vida há muito divide opiniões. Mesmo sobre a interrupção da gravidez, encontramos desde posições totalmente favoráveis até aquelas que argumentam pela impossibilidade de uma justificativa ética ou, ainda, as que admitem essa possibilidade nos casos em que há perigo de morte da mãe, incesto ou estupro.

Na esteira dessas discussões, o discurso eugênico ganha outros contornos, suscitando a retomada do significado do termo que tem origem no grego e quer dizer 'bem nascido'. Foi utilizado pela primeira vez por Francis Galton, no final do século XIX, tendo como base a teoria evolucionista de Darwin (cf. Diwan, 2007). Nasceu com a pretensão de ser uma ciência, adquirindo *status* de disciplina e contribuindo cientificamente com o melhoramento racial em nome do desenvolvimento e manutenção de raças superiores, ao objetivar a seleção humana com base em premissas biológicas. A metáfora da árvore, utilizada como símbolo no Segundo Congresso Internacional de Eugenia, ocorrido em Nova York no ano de 1921, retrata a variedade de áreas do conhecimento envolvidas nesse propósito: genética, medicina, economia, psiquiatria, antropologia, educação, para citar algumas (Diwan, 2007).

Da imagem dessa árvore, podemos extrair a concepção de eugenia que se apresenta de modo a valorizar o conhecimento científico como possibilidade de libertação dos homens do desconhecido, da ignorância, das doenças, das deficiências. O que nos permite inferir sobre o modo como a eugenia, no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas, convoca-nos a refletir sobre a regressão da ciência ao mito na sociedade contemporânea que, ao valorizar o conhecimento acumulado por meio da ciência, da técnica e das tecnologias, mais especificamente, as tecnologias genéticas, tende a desconsiderar o desenvolvimento do conceito de progresso que, ao mesmo tempo em que comporta a possibilidade de resolução de problemas enfrentados pelos homens, como a fome e as doenças, comporta, contraditoriamente, a frieza, a barbárie, a dessensibilização.

De maneira geral, a eugenia poderia ser definida como uma ciência polimorfa, uma forma de conhecimento cuja constituição se processou a partir da relação direta com outros ramos do pensamento

científico e social. Como os próprios eugenistas a classificavam, a eugenia se caracterizava como uma ‘ciência biossocial’, orientada tanto pelo conhecimento biomédico quanto pela sociologia, pedagogia, demografia e antropologia (Boarini, 2003).

Nesta perspectiva, a eugenia deve ser compreendida como um movimento científico definido como o conhecimento sobre os fundamentos da genética humana, mas, também, como um movimento social e político que definiu formas de pensamento, tradições, práticas institucionais, apresentando uma capacidade para criar conceitos que se popularizaram no início do século XX, como as concepções sobre higiene, genética, raça, controle matrimonial, imigração, normalidade, nacionalismo e gênero (Boarini, 2003). Além disso, promoveu uma ampla discussão sobre projetos de reforma social, mobilizando vários setores da sociedade, especialmente os intelectuais e políticos ligados ao discurso médico voltado para as reformas sociais mais amplas que visavam organizar e ordenar os comportamentos e os hábitos de vida da sociedade, exigindo, para tanto, intervenções institucionais efetivas sobre o processo de regeneração da população.

A eugenia deveria se incumbir de racionalizar e, ao mesmo tempo, apressar o lento processo de seleção natural colocado em curso pelas forças da natureza, o que permitiria eliminar os doentes acometidos por diversas enfermidades, especialmente aquelas de caráter hereditário, protegendo assim os indivíduos saudáveis e impedindo as degenerações.

No Brasil, em 1926, Renato Kehl, um reconhecido médico eugenista, publicou a *Bíblia da Saúde*, obra contendo ‘preceitos educativos’ sobre higiene, eugenia e moral. Como o próprio título sugere, o autor desejava que sua obra se transformasse num ‘livro sagrado’ sobre lições de saúde, no qual propagava a afirmação cartesiana de que cumpria à medicina social a solução dos problemas, sendo a higiene a possibilidade de promover o bem-estar social e moral, sendo esta concebida, conforme a sabedoria antiga, como a ‘arte vitoriosa’ e mais bem aprimorada, pela qual a sociedade poderia conquistar o ideal eugênico da beleza humana e da normalidade física e a cura da ‘anormalidade’, ou da ‘fealdade’, que não dependeria de um ‘fruto espontâneo da natureza’, corresponderia antes ao estado de morbidez dos indivíduos, à ausência de saúde, de normalidade e dos conhecimentos da eugenia e da higiene (Kehl, 1926).

As obras de Renato Kehl, publicadas até meados dos anos 1920, dirigiram-se também a um extenso programa de educação sexual, saúde materna e infantil e às orientações matrimoniais. Seus livros *Como escolher um bom marido* (1924) e *Como escolher uma boa esposa* (1924), que tiveram grande circulação, eram recheados de conselhos morais sobre a proteção eugênica matrimonial e o papel reprodutivo da mulher.

Durante a Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Curitiba, em 1927, Kehl destacava a orientação sexual como importante meio de se evitar consequências consideradas lamentáveis ao futuro moral e reprodutivo da sociedade. Para esse eugenista, em relação à educação sexual, era indispensável que os pais, médicos e mestres analisassem e disciplinassem todos os hábitos e pensamentos das crianças, adolescentes e jovens (Boarini, 2003).

As campanhas eugênicas de orientação matrimonial desenvolvidas dirigiram-se, ainda, à propaganda pela adoção do exame pré-nupcial. Para os eugenistas brasileiros Erasmo Braga, João Ribeiro, Horácio de Carvalho, para citar alguns, o ‘exame dos nubentes’ consistiria numa medida fundamental para evitar as degenerações hereditárias, sobretudo aquelas oriundas do álcool, da sífilis e da tuberculose. Os ‘casamentos disgênicos’ seriam sob a ótica dos eugenistas responsáveis pela grande maioria dos ‘natimortos’, das doenças, deficiências e moléstias degenerativas que assolavam o caráter da população nacional, devendo ser o exame médico pré-nupcial, ‘de valor inestimável para a profilaxia matrimonial’ e para o controle dos ‘bem nascidos’ (Boarini, 2003). Nesse ponto, cabe lembrar a crítica dos frankfurtianos à sociedade administrada que tem na tecnologia um instrumento para a administração da vida, ao coordenar política e intelectualmente a sociedade e tornar os sujeitos passíveis de organização e manuseio.

Essas proposições vão ao encontro de algumas práticas eugenistas como, por exemplo, os exames pré-nupciais como uma das preocupações máximas da legislação responsável pela regulamentação matrimonial, inscrevendo-se aqui a chamada eugenia positiva que possuía como objetivos centrais propiciar a seleção eugênica na orientação aos casamentos e estimular a procriação dos casais considerados eugenicamente aptos, configurando-se como uma manifestação do racismo científico (Boarini, 2003).

A partir do final dos anos 1920, o pensamento eugênico de Renato Kehl passou por um processo de reconfiguração, principalmente após o contato com o amplo movimento eugênico que vinha se

formando nos países nórdicos, sobretudo na Alemanha. Nesse período, distanciando-se dos pressupostos higienistas e ambientalistas que até então tinham moldado suas concepções científicas, passou a defender medidas eugênicas mais radicais, restritivas e autoritárias, contrário a uma eugenia ao estilo 'preventiva' e 'positiva', que de maneira geral dominava o paradigma eugênico latino-americano; assimilando progressivamente os pressupostos da denominada 'eugenia negativa', que formavam o pensamento eugênico alemão e norte-americano. Esta eugenia nomeada como negativa propunha o aborto eugênico, o controle das fontes de degeneração, limitação nas políticas imigratórias, segregação e esterilização dos chamados 'doentes mentais'. Suas obras, como: *Lições de Eugenia*, publicada em 1929, e *Aparas Eugênicas - Sexo e Civilização* (1933), e uma série de artigos publicados no *Boletim de Eugenia*, demonstraram esta tendência marcada pelo racismo científico e pelo determinismo biológico.

Na atualidade, com os novos contornos do discurso eugênico no atual desenvolvimento das tecnologias genéticas, pensar a combinação atual entre mecanização do humano e reificação da vida nos leva a problematizar os argumentos apresentados pela ciência, pela técnica e pelas tecnologias que, pautadas na ideia de progresso, não possibilitaram ao homem, como prometido, sua emancipação, sua liberação do medo de uma natureza desconhecida, a felicidade, a ruptura com o mito, na medida em que a ciência tem intensificado cada vez mais a dominação como fim, ao buscar controlar a natureza e tudo aquilo que dela faz parte.

Importante destacar que o fato dessa dominação – entendida como esclarecimento sob forma de ciência positiva – não ter possibilitado o avanço, a libertação pelo conhecimento, mas sim, o controle, a violência, a bárbarie, resultando numa naturalização do homem totalmente civilizado, não se explica por si. É só no contexto da sociedade administrada que podemos entender esse processo contraditório, em que a mesma sociedade que possibilita o progresso que pode levar à libertação, impede que todos desfrutem dessas conquistas humanas, justamente porque a ciência e a tecnologia não estão a serviço dos homens, mas a serviço do capital. Essa assertiva se expressa em Horkheimer e Adorno (1985, p. 18) quando chamam a atenção para o fato de que:

O saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos

empresários, não importa sua origem. [...] A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. [...] O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa.

Nesse sentido, Horkheimer e Adorno (1985) nos convocam a pensar na regressão da ciência ao mito, na medida em que:

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhecimento na medida em que pode manipulá-los. O homem da ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu em-si torna para-ele. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação (Horkheimer e Adorno 1985, p. 21).

Nessa regressão reside a base da violência do discurso eugênico, ao manter em suas proposições as condições para a não realização do esclarecimento, uma vez que este se converteu em razão instrumental. Desse modo, a natureza humana, submetida à cultura, à ciência, ao conhecimento produzido pela sociedade, merece ser criticada e, portanto, também merece crítica o conhecimento nela produzido, pois, ambos não têm como objetivo a felicidade humana, mas a permanência da sociedade. Nessa perspectiva, o discurso eugênico pode ser questionado, na medida em que propõe a submissão da natureza à cultura, desconsiderando a tensão entre ambas. E, pensar a tensão entre natureza e cultura é pensar o quanto o homem, na tentativa de superar a mentalidade mítica sob os novos pilares lógicos, tornou-se tão dominado quanto sua necessidade de domínio da natureza. Segundo Crochík (2000, p. 33) “[...] a dominação da natureza pelo homem é concomitante à autodomação, posto que é também natureza”.

O domínio da natureza e, portanto, da natureza humana, tem propiciado, na atualidade, a falta de referências para reconhecer as fronteiras abaixo assinaladas. As dificuldades referem-se a critérios distintivos de condições de enorme importância como as apontadas por Labrusse-Riou (apud Santos, 2003, p. 240):

Do embrião *in vitro* ou congelado e o caso do comatoso ou da pessoa em estado vegetativo, que embaralham as fronteiras e as representações da vida e da morte; de distinguir os sexos (fenômeno do transexualismo, que embaralha as fronteiras entre

homens e mulheres, provocando a indiferenciação sexual); de distinguir o homem do animal (caso das experimentações biotecnológicas que misturam genes humanos e animais, criando, por exemplo, um rato que desenvolve uma orelha humana, ou uma ovelha que produz proteína humana no seu leite, graças ao engeñeiramento de células humanas em seu corpo); e finalmente, de distinguir o homem da máquina (caso da inteligência artificial).

Nesse ponto inferimos que há uma indefinição de novos limites, o que acaba por favorecer a transgressão do próprio humano, na medida em que o mercado está transformando o homem em produto a ser consumido, o que parece até agora, como aponta Habermas (2004, p. 19), ter sido “[...] exercido sobre objetos, e não sobre pessoas”. Frente à indefinição desses novos limites, surge o seguinte raciocínio:

[...] não reconheço a ninguém o direito de deter o meu desejo, ou, pior ainda: o direito está aí para permitir a realização do meu desejo (Edelman apud Santos, 2003, p. 243).

Esse espírito que é produto de uma organização marcada pelas relações sociais capitalistas, pela troca, pela dominação sobre a natureza humana, pela fetichização da tecnologia e da ciência, propicia tendências regressivas que permitem a preservação de sociedades totalitárias (Horkheimer & Adorno, 1985). O que nos remete aos entedimentos e formas de explicação sobre os mais variados fenômenos sociais, dentre os quais destacamos a eugenia no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas no tocante às deficiências.

Vale pontuar que os entendimentos acerca das deficiências circularam ora por ideias místicas ou providências da esfera do divino, ora pela prevalência da narrativa médica com seus apontamentos sobre as incorreções biológicas, migrando do campo supersticioso, para o médico, pautado por argumentos científicos codificados como patologias derivadas de condições clínicas. Dessa movimentação de sentidos:

[...] a medicina se estabeleceu como um dos campos do saber em estreita ligação ao poder estatal, intuindo a violenta repressão no que tange ao corpo e, sobretudo, ao que desviasse de determinado padrão previamente estabelecido. Não é de se estranhar que a mesma pinte todos seus quadros como esquadro da norma [...], tornada entidade absoluta da busca por seu universal. Apenas com sua dominância sobre outros saberes que presenciamos o nascimento efetivo do deficiente, visto como variação nos padrões normativos tidos como ideais. (Piccolo & Mendes, 2013, p. 289).

Assim, se nossas concepções acerca do homem modificam-se em sociedades concretas e historicamente determinadas, o que estamos projetando na relação deficiência e possibilidade de melhoria anunciada como progresso técnico-científico? Quanto há de (re)surgimento de discursos intolerantes/eugênicos frente às diferenças/deficiências? Tais questionamentos remetem para a necessidade de reflexão sobre a tendência humana à não diferenciação, mesmo que contraditoriamente pretenda a diferenciação. Segundo Crochík (2011, p. 84):

[...] o avanço objetivo não tem possibilitado a diferenciação individual, mas a sua regressão; ao invés do avanço técnico garantir a base da sustentação individual e permitir ao indivíduo se diferenciar por suas experiências, a técnica se torna o modelo da não diferenciação.

Em se tratando do entendimento do que era concebido como eugenia positiva e eugenia negativa – a primeira visando controlar a espécie humana e a segunda eliminar tudo aquilo que não consideravam como representação humana, dispondo, para tanto, de mecanismos ideológicos, normas, leis, regras, classificações que, assentadas em argumentos científicos, selecionavam os homens em inferiores e superiores, tendo por base a ideia de distanciamento do ideal de Homem e a promessa via desenvolvimento da ciência, das técnicas e das tecnologias a possibilidade de, a partir do controle e da dominação da natureza humana, propiciar uma vida mais digna e feliz –, retomamos uma das contradições apresentadas por Freud (1978, p. 149) em relação ao progresso e que, por sua atualidade, merece ser destacada:

Durante as últimas gerações, a humanidade efetuou um progresso extraordinário nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, estabelecendo seu controle sobre a natureza de uma maneira jamais imaginada. [...] Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de um anseio que remonta a milhares de anos, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes. Reconhecendo esse fato, devemos contentar-nos em concluir que o poder sobre a natureza não constitui a única pré-condição da felicidade humana, assim como não é o único objetivo do esforço cultural.

Na contramão do argumento anterior, interessante destacar a compreensão de um dos expoentes eugenistas brasileiros, já citado no corpo desse texto, na defesa científica da eugenia para a

efetivação da suposta felicidade e proteção contra o sofrimento.

[...] a regeneração integral pela aplicação suasória, progressiva e combinada de medidas suaves, sem quaisquer propósitos draconianos ou cruéis. Não visava perseguir fracos, doentes, nem degenerados. Ao contrário, procura evitar o aparecimento desses infelizes que nascem para morrer, para sofrer e para sobrecarregar a parte produtiva da coletividade. Constitui a verdadeira política da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem, a fim de dotá-lo de qualidades ótimas, de fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade, na humanidade (Kehl, 1939, p. 108-108 apud Stancik, 2006, p. 22).

Vale aqui questionarmos a ideia de felicidade como algo passível de ser conquistado pela “[...] elevação moral e física do homem [...]” ou, como afirma Freud (1978, p. 146), a felicidade buscada na “[...] fruição da beleza”. E, nesse ponto, perguntamo-nos: como podemos falar de ‘paz na família, na sociedade, na humanidade’, se o próprio modo como a sociedade se organiza já contém as raízes da regressão, da frieza, do não pertencimento, da dessensibilização, da inclusão marginal, da barbárie. Num sistema que, ao mesmo tempo que promete proteção e melhores condições de vida, já encerra o sofrimento, a exclusão, a eliminação dos considerados não aptos ao processo de socialização?

Importante salientar que ao se considerar a regressão da ciência ao mito, é fato a consideração da contradição cultural na submissão da natureza humana à cultura, à ciência. O que não significa negar a contribuição do progresso técnico, mas considerar as angústias e as necessidades falsas que são criadas em nome da suposta felicidade apresentadas como promessas de uma vida digna e feliz. Freud (1978, p. 150) ao situar essa tensão afirma:

[...] Não significa nada que a medicina tenha conseguido não só reduzir enormemente a mortalidade infantil e o perigo de infecção para as mulheres no parto, como também, na verdade, prolongar consideravelmente a vida média do homem civilizado? [...] Em que consiste a vantagem de reduzir a mortalidade infantil, se é precisamente essa redução que nos impõe a maior coerção na geração de filhos, de tal maneira que, considerando tudo, não criamos mais crianças do que nos dias anteriores ao reino da higiene, ao passo que, ao mesmo tempo, criamos condições difíceis para nossa vida sexual no casamento e provavelmente trabalhamos contra os efeitos benéficos da seleção natural? Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nos recebida como uma libertação?

A assertiva vai ao encontro das reflexões de Adorno (1992) acerca do conceito de progresso, sendo este somente possível segundo o autor, se pensado com a humanidade; e do modo como a sociedade e as relações tem se configurado, numa confusão de tratamento de pessoas como objetos, seria irrealizável.

Quando a humanidade fica confinada pela totalidade que ela mesma configura, então não existiu, no dizer de Kafka, nenhum progresso, já que, ao mesmo tempo, somente a totalidade permite pensá-lo. O modo mais simples de explicar isso é através da definição de humanidade como aquilo que não exclui coisa alguma. Se ela se tornasse uma totalidade que não contivesse em si mesma mais nenhum princípio limitador, seria simultaneamente, uma totalidade livre da coação que submete todos seus membros a tal princípio e jamais seria uma totalidade: nenhuma unidade forçada (Adorno, 1992, p. 219).

Desse modo, a atualidade da discussão do conceito de progresso (Adorno, 1995) no tocante ao impacto das tecnologias genéticas frente à vida e ao corpo nos convoca a refletir sobre a contradição interna do próprio conceito, pois, à medida que poderia proporcionar a resolução dos problemas enfrentados pelo homem no percurso da história, tem sido cada vez mais compreendido como fim em si mesmo, na busca pela dominação da natureza, o Homem continua a ser localizado como ‘um apêndice do sistema social’ (Marx, 1984).

Nesse ponto, as discussões atuais das tecnologias genéticas – com destaque para a engenharia genética que delineia um cenário de significações (novas e antigas) a respeito do que seria normal/anormal, desejável/indesejável, fracos/fortes – necessitam da proposição de uma crítica imanente às promessas advindas dos discursos de melhores condições de vida. Isso abrange desde a possibilidade de se prevenir disfunções biológicas, passando pela busca do aperfeiçoamento da espécie, até projeções que sinalizam o desaparecimento das condições funcionais consideradas imperfeitas, como em casos de síndrome de Down, cegueira e surdez.

Na atualidade, o controle da reprodução tem sido utilizado como um dispositivo de poder de domínio político da vida (Aymoré, 2011), propiciando, a partir das descobertas científicas, a adequação da constituição biológica dos indivíduos à funcionalização do tipo idealizado de pessoas, a partir da intervenção tanto no indivíduo formado como na constituição biológica do embrião (Pontin, 2007). Dessa forma: o

[...] mistério do surgimento de um novo indivíduo é substituído pela certeza do surgimento de um

organismo cujas características são escolhidas externamente (Pontin, 2007, p. 64).

A suposição central por trás da realização de um diagnóstico pré-natal é que a vida com algum tipo de deficiência não vale a pena e representa, sobretudo, uma fonte de sofrimento [...]. Visto da perspectiva dos direitos das pessoas com necessidades especiais, o teste pré-natal para averiguar anomalias fetais pressupõe uma forte mensagem no sentido de que buscamos eliminar futuras pessoas com deficiências, sem reconhecer-lhes o valor social, além de transmitir a idéia de uma desvalorização daqueles que vivem atualmente com alguma deficiência ou necessidade especial [...] Ao concentrar tantos recursos na eliminação de possíveis pessoas deficientes, nos deixamos levar na direção do ressurgimento de uma eugenia diversa apenas superficialmente de modelos anteriores. Nesse processo, estamos distorcendo seriamente o propósito histórico da medicina como cura. Estamos criando uma sociedade na qual a deficiência é cada vez mais estigmatizada e, como resultado, a imperfeição humana, de qualquer tipo, torna-se cada vez menos tolerada e suscetível de ser aceita como uma variação normal da humanidade (Beeson, 1999, apud Singer, 2004, p.14-15).

E estando a humanidade confinada pela totalidade e princípios limitadores como nos mostra a citação acima, a definição de humanidade está comprometida, na medida em que esta deve ser compreendida como uma condição que não deveria excluir coisa alguma. Vale lembrar, que a crítica da identificação do indivíduo com deficiência como doente/desviante ecoou nos estudos da Educação Especial (Amaral, 1995; Jannuzzi, 2004; Pessotti, 1984), e na atualidade tem sido retomada em tendências contrárias nas produções da engenharia genética que têm intensificado cada vez mais a inscrição da deficiência como algo a ser curado, passível de ser consertado e até excluído, descartado.

Essa cura, conserto ou descarte propiciaria, sob a lógica da racionalidade tecnológica, não só a busca pela integridade da forma, mas, sobretudo, a eficiência de sua funcionalidade, permitindo-nos inferir o processo de desumanização preconizado em vários momentos da história para justificar a eliminação dos considerados fracos, doentes, degenerados, deficientes, sendo, portanto, concebidos como fonte de sofrimento.

Nessa direção, considerar o que Adorno (1995) nomeou como 'véu tecnológico', nos auxilia a pensar numa das justificativas apresentadas pela tecnologia genética, que se apoiando num suposto 'progresso', apresenta-se como possibilidade de propiciar aos homens via conhecimento gerado por técnicas uma vida digna. No entanto, ao atribuir à técnica um fim

em si mesmo, desconsidera que ela 'é a extensão do braço dos homens', o que tem contribuído para o enfraquecimento do próprio conceito, não revelando as ambiguidades já anunciadas na obra *Eclipse da razão* (2000), ao discutir sobre o progresso gerado pela aplicação das tecnologias:

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte de atividade e do pensamento humano, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço de recursos técnicos de informação é acompanhado de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a idéia de homem (Horkheimer, 2000, p. 9-10).

No tocante às diferenças/deficiências, embora a sociedade – e os professores, especificamente – pareça disposta a lidar com elas, num movimento nomeado como inclusão, ainda persiste um estado, consciente ou inconsciente, de se ordenar as diferenças em nosso mundo, fixando-as no âmbito da norma e das diagnoses. Isso acaba por fortalecer uma consciência coisificada sobre os objetos e pessoas, denotando a força da posição ocupada e não superada da técnica em nossa sociedade de modo geral e em nossas proposições de educação de modo específico.

As discussões anteriores nos levam a apreender que a racionalidade tecnológica estrutura a sociedade atual em vários setores da vida, incluindo o cotidiano das pessoas, a formação dos indivíduos, seus corpos e relações sociais, intervindo nas ações e reações dos sujeitos que têm se tornando cada vez mais rudes em seus gestos, embrutecidos em relação ao outro, mecanizados, violentos, tecnologicados.

Nesse contexto das condições de produção da consciência reificada, Adorno (1995) já advertia, em sua época, sobre a relação racional com a técnica e sua supervalorização. Afirmava ter se deparado com muitas evidências empíricas, ao referir-se aos estudos que coordenou, durante o exílio nos Estados Unidos, entre os anos de 1944-1949, sobre as personalidades preconceituosas e vinculadas ao autoritarismo – *The authoritarian personality*. Ao citar o caso de um sujeito que participou da investigação, afirma:

[...] um sujeito experimental – e a própria expressão já é do repertório da consciência coisificada – afirmava de si mesmo: *I like nice equipment* (Eu gosto de equipamentos, de instrumentos bonitos), independentemente dos equipamentos em questão. Seu amor era absorvido por coisas, máquinas

enquanto tais. O perturbador – porque torna tão desesperançoso atuar contrariamente a isso – é que esta tendência de desenvolvimento encontra-se vinculada ao conjunto da civilização. Combatê-lo significa o mesmo que ser contra o espírito do mundo [...] (Adorno, 1995, p. 133).

Nesse ponto, destacamos a regressão atual dos indivíduos em seu apego à técnica, seu uso como fim em si mesmo e a necessidade atual de dar relevo às discussões sobre os contornos do discurso eugênico no atual desenvolvimento das tecnologias genéticas. São prementes discussões que esclareçam os mecanismos limitadores e totalitários, o que propiciaria não somente uma compreensão crítica da técnica nos setores da vida humana, como a formação de personalidades resistentes à racionalização instrumental das esferas da vida perante o fetichizado espírito tecnológico.

Quanto às questões relativas às proposições e objetivos do campo das tecnologias genéticas, que essas sejam analisadas considerando o peso das contradições inerentes às relações humanas. Contradições estas, que dizem respeito à discriminação e eliminação de sujeitos considerados inaptos à vida social, a redução a fatores biológicos de condições eminentemente sociais e o uso indiscriminado do direito à escolha reprodutiva em nome de um suposto progresso.

Referências

- Amaral, L. A. (1995). *Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)* (Coleção Encontros com a Psicologia). São Paulo, SP: Robe editorial.
- Aymoré, D. (2011, 21 de julho). *Dignidade da pessoa e Eugenia Liberal*. Recuperado de <http://www.conpedi.org.br>
- Adorno, T. W. (1992). Progresso. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (p. 217-236). São Paulo, SP: Cedec.
- Adorno, T. W. (1993). *Minima Moralia reflexões a partir da vida danificada*. (Luiz Eduardo Bicca, trad.; Guido de Almeida, rev. trad.). São Paulo, SP: Ática.
- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra.
- Boarini, M. L. (2003). *Higiene e raças como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá, PR: Eduem.
- Crochík, J. L. (2000). A corporificação da psique. *Educar em Revista*, (16), p. 27-41.
- Crochík, J. L. (2011). *Preconceito e Educação Inclusiva*. Brasília, DF: SDH.
- Diwan, P. (2007). *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo, SP: Contexto.
- Freud, S. (1978). O mal-estar da civilização. In J. Salomão (Org.), *Os pensadores*. (p. 132-194, Durval Marcondes, trad.). São Paulo, SP: Abril Cultura.
- Habermas, J. (2004). *O futuro da natureza humana*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Horkheimer, M. (2000). *Eclipse da razão*. São Paulo, SP: Centauro.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Jannuzzi, G. M. (2004). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Khel, R. F. (1924) *Como escolher um bom marido*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Kehl, R. F. (1924) *Como escolher uma boa esposa*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Kehl, R. F. (1926). *Bíblia da saúde (Hygiene)*. Rio De Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Marx, K. *O capital: crítica da economia política* (Vol. 1, 19a ed., Livro primeiro, Reginaldo Sant'Anna, trad.). São Paulo, SP: Difel, 1984.
- Pessotti, I. (1984). *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz/Ed. USP.
- Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2013, jan.-abr.). Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. *Perspectiva*, 31(1), 283-315.
- Pontin, F. (2007). *Biopolítica, eugenia e ética: uma análise dos limites da intervenção genética em Jonas, Habermas, Foucault e Agamben*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Santos, L. G. (2003). *Polítizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Singer, P. (2004, jan.-abr.). Fazendo compras no supermercado genético. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, 15(36) 13-24.
- Stancik, M. A. (2006). Eugenia no Brasil nos tempos da Primeira República (1889-1930): a perspectiva de Aleixo de Vasconcellos. *Espaço Plural*, 7(14), 32-35

Received on July 28, 2014.

Accepted on February 11, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.